HUMANAS

QUESTÃO 55

Em um placar acirrado (quatro votos a três), a Suprema Corte dos EUA decidiu que a cota racial conquistada por negros(as) e latinos(as) para admissão de novos(as) alunos(as) nas universidades não viola o princípio de igualdade perante a lei. Portanto, não é inconstitucional, como foi alegado. Nos EUA, a cota racial é chamada de "ação afirmativa".

MELO, J. O. **Suprema Corte mantém cota racial para universidades dos EUA.** Disponível em: www.conjur.com.br. Acesso em: 12 nov. 2021 (adaptado).

A decisão da Suprema Corte, com impacto sobre o sistema educacional estadunidense, objetivou garantir a

A obtenção do perdão judicial.
B anulação das dívidas estudantis.
C aprovação dos cursos superiores.
D utilização dos recursos estrangeiros.
E promoção da diversidade acadêmica.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

Questão 47

Em sentido geral e fundamental, Direito é a técnica da coexistência humana, isto é, a técnica voltada a tornar possível a coexistência dos homens. Como técnica, o Direito se concretiza em um conjunto de regras (que, nesse caso, são leis ou normas); e tais regras têm por objeto o comportamento intersubjetivo, isto é, o comportamento recíproco dos homens entre si.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O sentido geral e fundamental do Direito, conforme foi destacado, refere-se à

A) aplicação de códigos legais.
B) regulação do convívio social.
C) legitimação de decisões políticas.
D) mediação de conflitos econômicos.
E) representação da autoridade constituída.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

Questão 48 enem2021

196º — Se alguém arranca o olho a um outro, se lhe deverá arrancar o olho.

197º — Se ele quebra o osso a um outro, se lhe deverá quebrar o osso.

198º — Se ele arranca o olho de um liberto, deverá pagar uma mina.

199º — Se ele arranca um olho de um escravo alheio, ou quebra um osso ao escravo alheio, deverá pagar a metade de seu preço.

Código de Hamurabi. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 6 dez. 2017.

Esse trecho apresenta uma característica de um código legal elaborado no contexto da Antiguidade Oriental explicitada no(a)

A recusa do direito natural para expressão da vontade divina.

B caracterização do objeto do delito para a definição da pena.

C engajamento da coletividade para a institucionalização da justiça.

D flexibilização das normas para garantia do arbítrio dos magistrados.

E cerceamento da possibilidade de defesa para preservação da autoridade.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

Questão 57

enem2021

Houve crescimento de 74% da população brasileira encarcerada entre 2005 e 2012. As análises possibilitaram identificar o perfil da população que está nas prisões do país: homens, jovens (abaixo de 29 anos), negros, com ensino fundamental incompleto, acusados de crimes patrimoniais e, no caso dos presos adultos, condenados e cumprindo regime fechado e, majoritariamente, com penas de quatro até oito anos.

BRASIL. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015.

Nesse contexto, as políticas públicas para minimizar a problemática descrita devem privilegiar a

A flexibilização do Código Civil.
B promoção da inclusão social.
C redução da maioridade penal.
D contenção da corrupção política.
E expansão do período de reclusão.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

Questão 60 enem2021

O Equador foi o primeiro país do mundo a introduzir os direitos da natureza numa constituição. O movimento indígena-camponês-ambientalista rejeitou a exploração do petróleo nos contrafortes andino-amazônicos (Parque Nacional de Yasuny). A reivindicação foi acatada pelo governo de Rafael Correa e esta é a primeira proposta concreta que não se faz como compensação dos países ricos a algum país pobre, enquanto continuam explorando e lançando gases do efeito estufa na atmosfera.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. América Latina e colonialidade do poder. In: HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: Eduff, 2013 (adaptado).

A ação do governo equatoriano foi resultado de uma mobilização marcada pelo(a)

A) protagonismo dos povos originários.
B) imposição dos magistrados locais.
C) redução dos recursos minerais.
D) empreendedorismo comercial global.
E) indenização monetária internacional.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

Questão 50

Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império, como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, os praças de pré, os membros de ordens religiosas.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

A restrição à participação eleitoral mencionada no texto visava assegurar o poder político aos(às)

A) assalariados urbanos.

B) oligarquias regionais.

C) empresários industriais.

D) profissionais liberais.

E) círculos militares.

Questão 50

Vimos que o homem sem lei é injusto e o respeitador da lei é justo; evidentemente todos os atos legítimos são, em certo sentido, atos justos, porque os atos prescritos pela arte do legislador são legítimos e cada um deles é justo. Ora, nas disposições que tomam sobre todos os assuntos, as leis têm em mira a vantagem comum, quer de todos, quer dos melhores ou daqueles que detêm o poder ou algo desse gênero; de modo que, em certo sentido, chamamos justos aqueles atos que tendem a produzir e a preservar, para a sociedade política, a felicidade e os elementos que a compõem.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010 (adaptado).

De acordo com o texto de Aristóteles, o legislador deve agir conforme a

A) moral e a vida privada.
B) virtude e os interesses públicos.
C) utilidade e os critérios pragmáticos.
D) lógica e os princípios metafísicos.
E) razão e as verdades transcendentes.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

QUESTÃO 71

A grande maioria dos países ocidentais democráticos adotou o Tribunal Constitucional como mecanismo de controle dos demais poderes. A inclusão dos Tribunais no cenário político implicou alterações no cálculo para a implementação de políticas públicas. O governo, além de negociar seu plano político com o Parlamento, teve que se preocupar em não infringir a Constituição. Essa nova arquitetura institucional propiciou o desenvolvimento de um ambiente político que viabilizou a participação do Judiciário nos processos decisórios.

CARVALHO, E. R. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, nov. 2004 (adaptado).

O texto faz referência a uma importante mudança na dinâmica de funcionamento dos Estados contemporâneos que, no caso brasileiro, teve como consequência a

A) adoção de eleições para a alta magistratura.
B) diminuição das tensões entre os entes federativos.
C) suspensão do princípio geral dos freios e contrapesos.
D) judicialização de questões próprias da esfera legislativa.
E) profissionalização do quadro de funcionários da Justiça.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

QUESTÃO 83

Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890

Dos crimes contra a saúde pública

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos.

Art. 158. Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício denominado curandeiro.

Disponível em: http://legis.senado.gov.br. Acesso em: 21 dez. 2014 (adaptado).

No início da Primeira República, a legislação penal vigente evidenciava o(a)

A) negligência das religiões cristãs sobre as moléstias.
B) desconhecimento das origens das crenças tradicionais.
C) preferência da população pelos tratamentos alopáticos.
D) abandono pela comunidade das práticas terapêuticas de magia.
E) condenação pela ciência dos conhecimentos populares de cura.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

QUESTÃO 70

Decreto-Lei n. 1 949, de 27/12/1937

Art. 1º Fica criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado ao presidente da República.

Art. 2º O DIP tem por fim:

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os poderes públicos no sentido de maior aproximação da mesma com os fatos que se ligam aos interesses nacionais;

n) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

BRASIL apud CARONE, E. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1982 (adaptado).

Com base nos trechos do decreto, as finalidades do órgão criado permitiram ao governo promover o(a)

A diversificação da opinião pública.
B mercantilização da cultura popular.
C controle das organizações sindicais.
D cerceamento da liberdade de expressão.
E privatização dos meios de comunicação.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

QUESTÃO 59

No primeiro semestre do ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte judicial brasileira, prolatou decisão referente ao polêmico caso envolvendo a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, onde habitam aproximadamente dezenove mil índios aldeados nas tribos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Paramona — em julgamento paradigmático que estabeleceu uma série de conceitos e diretrizes válidas não só para o caso em questão, mas para todas as reservas indígenas demarcadas ou em processo de demarcação no Brasil.

SALLES, D. J. P. C. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br. Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

A demarcação de terras indígenas, conforme o texto, evidencia a

A) ampliação da população indígena na região.
B) função do Direito na organização da sociedade.
C) mobilização da sociedade civil pela causa indígena.
D) diminuição do preconceito contra os índios no Brasil.
E) pressão de organismos internacionais em defesa dos índios brasileiros.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

QUESTÃO 83

O justo e o bem são complementares no sentido de que uma concepção política deve apoiar-se em diferentes ideias do bem. Na teoria da justiça como equidade, essa condição se expressa pela prioridade do justo. Sob sua forma geral, esta quer dizer que as ideias aceitáveis do bem devem respeitar os limites da concepção política de justiça e nela desempenhar um certo papel.

RAWLS, J. **Justiça e democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (adaptado).

Segundo Rawls, a concepção de justiça legisla sobre ideias do bem, de forma que

A as ações individuais são definidas como efeitos determinados por fatores naturais ou constrangimentos sociais.

B o estudo da origem e da história dos valores morais concluem a inexistência de noções absolutas de bem e mal.

C o próprio estatuto do homem como centro do mundo é abalado, marcando o relativismo da época contemporânea.

D as intenções e bens particulares que cada indivíduo almeja alcançar são regulados na sociedade por princípios equilibrados.

E o homem é compreendido como determinado e livre ao mesmo tempo, já que a liberdade limita-se a um conjunto de condições objetivas.

Questão 79

A sociedade como um sistema justo de cooperação social consiste em uma das ideias familiares fundamentais, que dá estrutura e organização à justiça como equidade. A cooperação social guia-se por regras e procedimentos publicamente reconhecidos e aceitos por aqueles que cooperam como sendo apropriados para regular a sua conduta. Diz-se que a cooperação é justa porque seus termos são tais que todos os participantes podem razoavelmente aceitar, desde que todos os demais também o aceitem.

FERES JR., J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria política contemporânea**: uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

No contexto do pensamento político, a ideia apresentada mostra-se consoante o(a)

A) ideal republicano de governo.
B) corrente tripartite dos poderes.
C) posicionamento crítico do socialismo.
D) legitimidade do absolutismo monárquico.
E) entendimento do contratualismo moderno.

Questão 65 enem2020enem2020enem2020

Sexto rei sumério (governante entre os séculos XVIII e XVII a.C.) e nascido em Babel, "Khammu-rabi" (pronúncia em babilônio) foi fundador do I Império Babilônico (correspondente ao atual Iraque), unificando amplamente o mundo mesopotâmico, unindo os semitas e os sumérios e levando a Babilônia ao máximo esplendor. O nome de Hamurabi permanece indissociavelmente ligado ao código jurídico tido como o mais remoto já descoberto: o Código de Hamurabi. O legislador babilônico consolidou a tradição jurídica, harmonizou os costumes e estendeu o direito e a lei a todos os súditos.

Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 12 fev. 2013 (adaptado).

Nesse contexto de organização da vida social, as leis contidas no Código citado tinham o sentido de

A) assegurar garantias individuais aos cidadãos livres.
B) tipificar regras referentes aos atos dignos de punição.
C) conceder benefícios de indulto aos prisioneiros de guerra.
D) promover distribuição de terras aos desempregados urbanos.
E) conferir prerrogativas políticas aos descendentes de estrangeiros.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

Questão 85

Tomás de Aquino, filósofo cristão que viveu no século XIII, afirma: a lei é uma regra ou um preceito relativo às nossas ações. Ora, a norma suprema dos atos humanos é a razão. Desse modo, em última análise, a lei está submetida à razão; é apenas uma formulação das exigências racionais. Porém, é mister que ela emane da comunidade, ou de uma pessoa que legitimamente a representa.

GILSON, E.; BOEHNER, P. **História da filosofia cristã**. Petrópolis: Vozes, 1991 (adaptado).

No contexto do século XIII, a visão política do filósofo mencionado retoma o

A) pensamento idealista de Platão.
B) conformismo estoico de Sêneca.
C) ensinamento místico de Pitágoras.
D) paradigma de vida feliz de Agostinho.
E) conceito de bem comum de Aristóteles.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

QUESTÃO 53

Uma sociedade é uma associação mais ou menos autossuficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduta como obrigatórias e que, na maioria das vezes, agem de acordo com elas. Uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma sociedade na qual todos aceitam, e sabem que os outros aceitam, o mesmo princípio de justiça.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (adaptado).

A visão expressa nesse texto do século XX remete a qual aspecto do pensamento moderno?

A A relação entre liberdade e autonomia do Liberalismo.

B A independência entre poder e moral do Racionalismo.

C A convenção entre cidadãos e soberano do Absolutismo.

D A dialética entre indivíduo e governo autocrata do Idealismo.

E A contraposição entre bondade e condição selvagem do Naturalismo.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

Questão 61 enem2021

Para Rawls, a estrutura básica mais justa de uma sociedade é aquela que alguém escolheria se não soubesse qual viria a ser seu papel particular no sistema de cooperação daquela sociedade.

LOVETT, F. **Uma teoria da justiça, de John Rawls**. Porto Alegre: Penso, 2013.

A teoria da justiça proposta pelo autor, conforme exposto no texto, pressupõe assumir uma posição hipotética chamada de

A reino de Deus.
B mundo da utopia.
C véu da ignorância.
D estado de natureza.
E cálculo da felicidade.

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©

GABARITO H12

1 - E	2 - B	3 - B	4 - B	5 - A	6 - B	7 - B	8 - D	9 - E	10 - D
11 - B	12 - D	13 - E	14 - B	15 - E	16 - A	17 - C			

7 mm ruled × 35 lines
Discover Notes ©